



Revista de História e Estudos Culturais

Janeiro - Junho de 2022

Vol. 19 Ano 19 n° 1

www.revistafenix.pro.br

ISSN 1807-6971

 10.35355/revistafenix.v19i1.998

OLIVARES E A UNIVERSIDADE DE SALAMANCA, LÓGICAS CORPORATIVAS EM UMA DEDICATÓRIA

OLIVARES AND THE UNIVERSITY OF SALAMANCA, CORPORATE LOGICS IN A DEDICATION

Guilherme Amorim de Carvalho*

 <https://orcid.org/0000-0003-3554-2259>
guilhermejawa@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo, analisamos uma dedicatória a Gaspar de Guzmán, O Conde-duque de Olivares, contida em uma relação fúnebre acerca das pompas que a Universidade de Salamanca ofereceu em virtude da morte do Rei Filipe III de Espanha, em 1621. Tal obra foi escrita por Angel Manrique, catedrático da Universidade de Salamanca. A partir dessa dedicatória, propomos uma interpretação histórica com enfoque nas estratégias retóricas utilizadas por Manrique para angariar as boas graças de Guzmán em favor da universidade, a partir de uma lógica corporativa que propõe uma relação do tipo clientelar entre a universidade e o valido de Filipe IV.

PALAVRAS-CHAVE: Lógicas corporativas; hierarquia social; retórica; Universidade de Salamanca.

ABSTRACT: In this paper, we analyze a dedication offered to Gaspar de Guzmán, the Count-duke of Olivares, contained in a funeral speech about the pomp, which the University of Salamanca offered in occasion of the death of the King Philip III, in 1621. It was written by Angel Manrique, professor at the University of Salamanca. Based on this dedication, it's proposed a historical interpretation focusing on the rhetorical strategies used by him to solicit the good graces of Guzmán in benefit of the university, according to a corporative perspective, which proposes a clientelistic relationship between the university and the favorite of Philip IV.

KEYWORDS: Corporate logics; social hierarchy; rhetoric; University of Salamanca.

* Doutorado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto; com período sanduíche na Universidade de Évora.

No presente artigo, analisamos uma dedicatória que Angel Manrique¹, catedrático da Universidade de Salamanca, ofereceu a Gaspar de Guzmán, Conde-duque de Olivares, na relação escrita acerca das pompas fúnebres que a referida universidade ofereceu em virtude da morte do Rei Filipe III de Espanha (Filipe II de Portugal), em 1621. Com base nesse documento, propomos uma interpretação histórica acerca da relação assimétrica de *benevolência* existente entre o Conde-duque e os representantes da Universidade de Salamanca, assim como das estratégias retóricas utilizadas por Manrique para captar a mercê e a proteção de Guzmán e de Filipe IV para a instituição.

Personagem ilustre na história europeia seiscentista, Gaspar de Guzmán, o Conde-duque de Olivares, valido do monarca espanhol Filipe IV e um dos homens mais poderosos daquele século, foi acusado de “maquiavelismo” e “novidade” pelos apologistas da Restauração. Em Portugal seiscentista, muitos autores faziam duras críticas às medidas de governo do Rei Filipe IV (Filipe III de Portugal) e de seu favorito, consideradas, então, “maquiavélicas”.

No período pós-restauração, diversos discursos e tratados políticos portugueses condenavam moralmente a política dos monarcas castelhanos, por meio de conceitos tradicionalmente usados na teoria política da época, tais como as noções de “tirania” e sua vinculação com as ideias de “maquiavelismo”, “mau governo” e “más razões de Estado” (Dantas, 2009, p. 47). Nesse contexto, o governo de Filipe IV de Espanha e de seu valido, o Conde-duque de Olivares, foi constantemente desqualificado pelos defensores de D. João IV, especialmente em virtude do programa de tributação permanente, proposto por Olivares, e que transgredia os acordos firmados entre os monarcas castelhanos e seus súditos portugueses durante o período da União Ibérica.

Nesse sentido, percebe-se que os portugueses acusavam os monarcas castelhanos de governar de maneira diferente daquela que era tradicionalmente praticada pelos monarcas lusitanos, o que culminou nas tensões de 1640. Mudanças e inovações, sobretudo na área tributária, eram vistas como sinais de perturbação e subversão do ordenamento político-social. Sinais de tempos em que o voluntarismo do rei e de particulares tendiam a sobrepor-se ao curso natural da sociedade e bem-comum da monarquia (HESPANHA, 2006, p. 123).

¹ Trata-se de frei Angel Manrique, que viveu entre 1577 e 1676, sabe-se que o frei ingressou no colégio dos “Manrique de Alcalá de Henares” aos treze anos de idade. Em 1610 escreveu o “El Santoral Cisterciense”, obra que foi muito bem recebida pelo público da época. Foi também cátedra da Universidade de Salamanca. Em 1636 foi nomeado Predicador do Rei Filipe IV de Espanha (Filipe III de Portugal), e já com sessenta e oito anos foi nomeado Bispo de Badajoz (GUERÍN, 1963, p. 299-355).

“Novidade” era, dessa forma, sinônimo de “maquiavelismo”, o que significava a intromissão particularista de um poderoso no ordenamento político-social. Era nesse sentido que a imposição de tributos permanentes por Olivares era interpretada pelos súditos portugueses da União Ibérica. Entretanto, à parte da questão tributária (Dom João IV enfrentaria problema semelhante durante o seu governo), seriam as práticas de Olivares tão desviadas da tradição política ibérica como propunham os “bragancistas”?

Não cabe ao presente artigo responder tal questão no que diz respeito às práticas políticas formais/institucionais do Conde-duque; entretanto, nas relações políticas de tipo clientelares, isto é, relações de poder instituídas informalmente, ou extrajudicialmente, que vinculavam os agentes por meio de uma lógica de obrigações referentes à prestação de benefícios e retribuição destes em forma de serviços (HESPANHA, 1992, p. 342); a dedicatória de Manrique à Olivares, na relação das pompas fúnebres de Filipe III, oferece uma perspectiva acerca do procedimento do Conde-duque que sugere uma consonância em relação às lógicas tradicionais que conformavam os laços de poder informais na península ibérica seiscentista.

CAPTATIO BENEVOLENTIAE E A FALSA MODÉSTIA

Para analisar o discurso de Angel Manrique, faz-se necessário delinear o principal recurso retórico utilizado por escritores do período moderno em seus prólogos e dedicatórias: a falsa modéstia. A falsa modéstia consiste em um expediente por meio do qual o autor procurava captar a boa disposição do público-receptor e do patrocinador, ou possível patrocinador de sua obra. Utilizando-se de estratégias retóricas, como afetação de humildade, inabilidade “literária”, e até mesmo certa falta de instrução, os autores buscavam demonstrar sua despreensão quanto ao produto final do discurso; valorizando, por outro lado, sua intenção de homenagear um homem notável.

A falsa modéstia também fazia parte dos gestos que representavam a relação de amizade entre duas pessoas. Para Gracián, importante pensador espanhol do Século de Ouro, a falsa modéstia, assim como outros tipos de dissimulação, fazia parte da conduta dos chamados homens *discretos*. A discrição era considerada a virtude por excelência dos homens letrados, e estava relacionada a uma série de capacidades ou virtudes espirituais, como a gratidão, a gentileza, a generosidade, a magnanimidade e a misericórdia. Assim sendo, a discrição estava relacionada diretamente a atributos próprios do amor e da amizade (MISSIO, 2005, 126), por meio dos quais os *discretos* ajustavam seus comportamentos, de acordo com as circunstâncias político-sociais e afetivas.

Entretanto, nem toda dissimulação era considerada legítima. A dissimulação honesta deveria ter como fim a ocultação de intenções e informações, visando à integridade do próprio bem e do bem da comunidade. Nesse sentido, a dissimulação honesta deveria ter fins lícitos, não para falsear, mas para ajustar-se às formalidades hierárquicas, e também para acautelar-se contra inimigos. Obedecendo a esses critérios, a dissimulação era considerada uma virtude do homem prudente, e não um vício dos mentirosos (MISSIO, 2005, p. 126).

Nessa perspectiva, para Gracián, a falsa modéstia era aceita como um tipo de dissimulação honesta, que utilizada com discrição por um autor, valorizaria a sua destreza “literária”, por meio da atenuação desta, isto é, a afetação de modéstia promoveria a amplificação dos méritos do autor, precisamente em virtude do efeito de suspensão gerado pela expectativa do público destinatário da obra. Em outras palavras, ao pretender ocultar suas verdadeiras capacidades, o autor estaria, na verdade, promovendo-as, pois a dissimulação de méritos evidentes provocaria a curiosidade do público e do patrocinador, predispondo-lhes a assumir uma postura mais favorável à obra (FELIPE, 2009, p. 359-360).

Nesses casos, ao utilizarem-se da falsa modéstia em seus prólogos e dedicatórias, os autores pretendiam dois efeitos. Primeiramente, a observação do decoro hierárquico existente entre o autor e o patrocinador da obra. Em segundo lugar, a demonstração dos laços de amizade, que procurava valorizar mais o desejo ou a obrigação de servir, do que a própria obra. Em ambos os casos, o que se pretendia era sustentar uma relação de cumplicidade entre o autor e seu “mecenas” (FELIPE, 2009, p. 160).

Ao valerem-se da falsa modéstia em suas dedicatórias, admitindo certa *rusticidade* no estilo de escrita, os autores seiscentistas também elevavam seus patrocinadores, atribuindo-lhes *discrição* e, portanto, indicando a imperfeição de sua obra perante a capacidade de julgamento dos seus “mecenas”. Para Hansen, nas monarquias ibéricas dos séculos XVII e XVIII, existiam dois tipos de destinatários aos quais os autores dirigiam seus discursos, o *vulgo* e o *discreto*. O público discreto, diferentemente do vulgo, era aquele capaz de reconhecer o referencial retórico utilizado e a sua aplicação adequada à obra, e também de discernir o decoro ético-político que a ordenava (HANSEN, 2008, p. 188).

É importante ressaltar que, como aponta Hansen, que a oposição entre os dois tipos de público, discreto e vulgar, não correspondia, necessariamente, às oposições sócio-políticas, como nobre e plebeu, ou senhor e homem comum, e sim à capacidade de reconhecer as representações e lugares-comuns aplicadas aos textos e, dessa maneira, poder

julgar o acerto do autor na ordenação da obra. Em contrapartida, o vulgar perceberia apenas os efeitos desse referencial retórico, sendo incapaz de compreender os esquemas e lógicas que conferiam coerência ao discurso (HANSEN 2008, p. 188).

Nesse sentido, um nobre que não possuísse os critérios necessários para fazer um bom juízo acerca de um discurso não seria considerado discreto, enquanto um não nobre que compreendesse as relações entre os temas que compunham um discurso, reconhecendo as representações utilizadas, mas também se reconhecendo a partir delas, seria considerado como parte do público discreto². Portanto, discreto e vulgar não eram distinções que dependiam exclusivamente da posição ocupada na hierarquia político-social, e sim dos tipos de público aos quais os autores direcionavam seus discursos, isso é, eram classificações relativas à recepção das obras (HANSEN, 2008, p.191).

Assim sendo, ao afetar modéstia, contrapondo sua suposta “vulgaridade” à discrição de seu patrono, o autor não estaria colocando-se, necessariamente, em uma posição hierárquica inferior ao seu patrocinador, mas sim, buscando conferir maior importância às virtudes do “mecenas”, do que a sua própria habilidade literária (PÉCORA, 2002, p. 52).

A DEDICATÓRIA DE ANGEL MANRIQUE

Analisemos, então, a dedicatória de Angel Manrique a Gaspar de Guzmán, Conde-duque de Olivares:

No es tan facil hablar en Castellano, y mas en tales cosas, como los juzgan los que no lo temen. Con qualquier otro que tuviera menos fondo, acogierame al sagrado de los hõbres de Letras, que desesperados de cultura, afectan bronquedad: dando á entender que tienen de profundos, todo lo que les falta de lucidos: õ a de los Criticos, mas recibidos ahora: que en Oraculos de ambages y retruecanos, faciles de dezir, quanto dificultosos de entender, hazen misterio de lo que es impropriedad: attentos solo à que siempre se advine lo que quieren dezir, ya que nunca se alcanza lo que dizen. Con V. Escellencia no me pudo valer de nada desto, porque sé que lo alcanza à fondear todo. (MANRIQUE, 1621)

Ao afirmar que não é fácil expressar-se em castelhano, principalmente quando o assunto está relacionado à morte de um monarca, Angel Manrique recorre à falsa modéstia, buscando diferenciar-se de outros autores temerários, que não consideravam a dificuldade

² Embora concordemos que a grande maioria daqueles que compunham o público discreto eram membros de alguma elite sócio-política.

que havia em se escrever um discurso como a relação fúnebre elaborada por ele. Dessa forma, ao afetar modéstia, o autor valoriza as pompas fúnebres realizadas pela universidade e a memória do rei falecido, ao passo que também busca demonstrar sua prudência ante o atrevimento dos autores que não “temiam” empreender tal tipo de obra.

Percebe-se, nessa passagem, o contraste entre a modéstia literária, simulada pelo frei, e a gravidade da ocasião das exéquias reais. Tal artifício busca ajustar o sublime da pompa fúnebre à simplicidade das palavras com as quais ele afirma haver escrito a obra, tanto para atestar a veracidade do que se havia passado nas celebrações, como para demonstrar sua humildade perante a grandeza do Conde-duque de Olivares, a quem ele dedica a obra.

Por outro lado, o autor censura o uso (ou abuso) da falsa modéstia, por parte de certos “homens de letra”, que por meio da afetação de *rusticidade*, procuravam, na verdade, encobrir sua falta de *discrição*, pretendendo sugerir que sua inabilidade literária evidenciava a autenticidade e profundidade de suas ideias, ou, como afirma o frei, tais autores “afectan bronquedad: dando a entender que tienen de profundos, todo lo que les falta de lúcidos”. Ademais, para Angel Manrique, o pedantismo dos críticos era igualmente censurável, pois estes, em vez de falsa modéstia, utilizavam “oráculos” de complicados circunlóquios e jogos de palavras³ para ocultar sua ignorância.


A crítica tecida pelo frei nos remete às prescrições de autores medievais para a composição de cartas, as quais julgamos estenderem-se às dedicatórias que, assim como as epístolas, configuram um diálogo entre o autor e um interlocutor ausente, tratando acerca de necessidades e interesses entre as partes. Dessa forma, se considerarmos as dedicatórias dos discursos seiscentistas enquanto relacionadas a pedidos e solicitações, sua composição deveria se assemelhar à das cartas, a dizer: com uma configuração breve e pouco ornada, apresentando a subordinação do autor em relação ao interlocutor e demonstrando, assim, o decoro hierárquico (HANSEN, 2008, p. 281).

Percebe-se que Angel Manrique expõe os expedientes de simulação e dissimulação utilizados por determinados autores e críticos de sua época. De acordo com o escritor italiano Torquato Accetto, simular é aparentar aquilo que não se é, enquanto dissimular é ocultar algo que se é. Ambas ações têm como objetivo não demonstrar algo como realmente ele é (SOUZA, 2015, p. 27). Nesse sentido, os autores censurados pelo frei afetavam *rusticidade* para simular *discrição*, enquanto os críticos utilizavam de uma escrita complexa para dissimular sua ignorância.

³ “ambages y retruecanos”

Ao expor a má utilização da falsa modéstia e do excesso de requinte por parte de determinados autores e críticos, o frei demonstra sua *discrição* perante o Conde-duque, e também se coloca acima daqueles a quem ele havia dirigido suas censuras, evidenciando a sua capacidade de escrever a obra e legitimando a sua eleição para tal. Em contrapartida, Angel Manrique também reafirma a superioridade intelectual de Gaspar Guzmán, dizendo que não lhe era possível utilizar tais recursos, pois o Conde-duque era capaz de “fondear todo”, isto é, de examinar detalhadamente as intenções do autor, descobrindo quaisquer simulações e dissimulações.

Entretanto, mais à frente em sua dedicatória, Angel Manrique utiliza-se novamente do recurso da falsa modéstia:



Valgame el ser la Universidad quien habla aqui: y yo un mero instrumento, por quien habla. Acordarase con esso V. Excellencia del tiempo en que fue cabeça, y rector suyo; y el peso de la voluntad, natural à este titulo, inclinará el juizio à la parte del favor; ò a despecho de toda su entereza, le ha de hazer en las faltas trampantojos. Ellapues, señor, con amor de madre (si es que puede atribuirse tan gran nombre) con atrebimiento de hija; con reconocimiento de subdita, y con reconocimiento de obligada, dirige esta relación à V. Excellencia: suplicandole que en los ratos vacativos, si el peso de sus ocupaciones le dà algunos, refresque las especies de su juventud, por las circunstancias y partes destas honras: y en los mismos (aguardando conyuntura) refiera al Rey nuestro señor lo que ruscare en ellas digno de su noticia; que por lo menos juzgara por el zelo, con que deseò acudir à su servicio; y a la memoria (verdaderamente santa) de su padre. (MANRIQUE, 1621)

Nessa parte da dedicatória, a falsa modéstia do frei procura atrair a simpatia do Conde-duque. Para tal, Angel Manrique afirma que não é ele quem está se dirigindo à Gaspar Guzmán, mas a própria Universidade de Salamanca, sendo ele um mero instrumento da instituição. Em seguida, ele pede para que o Conde-duque se lembre de quando foi reitor e “cabeça” da instituição⁴. Dessa forma, ao personificar a universidade e evocar a memória do tempo em que Gaspar Guzmán ocupara a reitoria, Angel Manrique compõe uma representação, na qual o Conde-duque seria a “cabeça”, e ele, representando a própria universidade, seria o corpo. Assim sendo, enquanto partes de um mesmo corpo, era natural que entre eles houvesse concordância.

⁴ De acordo com o livro *Universidades hispánicas: colegios y conventos universitarios en la Edad Moderna*, Gaspar de Guzmán foi reitor da Universidade de Salamanca no ano de 1603, um ano antes de se graduar (RODRÍGUEZ-SAN PEDRO BEZARES; POLO RODRÍGUEZ, 2008, p. 264). Em outra obra, chamada memória histórica de la Universidad de Salamanca, há uma lista com todos os reitores da Universidade, de 1529 até 1869, na qual consta o nome de Don Gaspar Guzmán, que teria sido reitor no ano de 1602. (VIDAL y DÍAZ, 1869, p. 373). Em ambos os casos, Gaspar de Guzmán teria assumido o cargo de reitor ainda muito jovem, entre quinze e dezesseis anos.

Antes do século XVIII, o ofício de reitor possuía um caráter predominantemente acadêmico, e não econômico-administrativo, como ocorre atualmente. Portanto, era comum a existência de reitores bastante jovens, como é o caso de Gaspar de Guzmán, que assumiu a reitoria da Universidade de Salamanca entre quinze e dezesseis anos de idade. Os jovens reitores possuíam estatutos bem definidos pela tradição das universidades e eram supervisionados pelos mestres-escolas. O Poder institucional dos reitores também era partilhado com diversos claustros e conselhos, o que conferia um caráter corporativo e descentralizado à organização da Universidade (RODRÍGUEZ SAN PEDRO BEZARES, 2002, p. 144). Nesse sentido, cremos que o papel do reitor era representar simbolicamente a “cabeça” do “corpo” universitário, harmonizando a relação entre os diversos membros que o compunha, isto é, os claustros, conselhos e colégios.

A representação da Universidade de Salamanca enquanto um corpo humano, cujo o reitor era a cabeça, remonta a uma concepção tomista, segundo a qual, a estrutura social e, em menor escala, a estrutura das diversas corporações que a compunha funcionava por meio da integração harmônica entre a cabeça e membros, o que garantia a unidade da corporação, compreendida como uma multidão ordenada, ou *multitudo ordinata*. (AQUINO, 1959)

Essa mesma metáfora organicista também se remete à ideia de *universitas*, conceito derivado do Direito Romano e utilizado pelos primeiros glosadores para definir coletivos corporativistas de um modo geral. Desse modo, uma *universitas* era "um conjunto ou coleção, em um só corpo, de uma pluralidade de pessoas". A partir dessa perspectiva, os juristas medievais distinguem o *corpus verum* da *universitas*, isto é, o seu corpo tangível, formado pelo conjunto de pessoas e espaços físicos, e seu *corpus fictum*, compreendido como um coletivo corporativo a ser pensado intelectualmente, uma vez que não era um corpo material, mas político e moral. (KANTOROWICZ, 1998, p. 134-135)

Nesse sentido, é possível que Manrique estivesse se referindo a Universidade de Salamanca enquanto uma *universitas*, isto é, enquanto uma comunidade corporativa, cuja “cabeça” havia sido o Conde-duque e que estaria, na dedicatória das relações fúnebres, tornando a falar-lhe por meio da pena do autor, que, mais do que representando a Universidade, estaria, naquele momento, incorporando o seu *corpus fictum*.

Sob tal ótica, a personificação da Universidade de Salamanca na figura de Manrique torna-se um importante reforço retórico à sua intenção de captar a benevolência do Conde-duque, pois, do século XVI ao século XVIII, representar significava “dar a conhecer um objeto ausente através de uma imagem presente, capaz de fazer figurar na

memória o objeto tal como ele é” (ANDRADE, 2008, p. 29), sendo essa a base fundamental que regia as normas de conduta e identidades sociais.

De acordo com o pensamento dos letrados seiscentistas, o processo de representação de um objeto seguia a seguinte ordem: o objeto sensível suscitava no intelecto sua reprodução representativa que, por sua vez, originava seu reconhecimento intelectual, em forma de conceito ou metáfora. Tal metáfora-conceito deveria retornar novamente ao meio sensível por meio da voz, da escrita, da música, da pintura, da escultura ou do gesto. Nessa perspectiva dialética, A personificação metonímica da Universidade de Salamanca por Manrique era uma maneira de tornar o *corpus fictum* da instituição inteligível, por meio de um recurso imagético, materializado no discurso do frei. A metáfora e a metonímia possuíam importância fundamental nessa operação, pois mais importante do que a demonstração abstrata ou filosófica da “verdade”, era que os conceitos fossem fixados nas mentes do público, por meio de formas figurativas (MASSIMI, 2005, p. 103-113).

Enquanto personificação da Universidade de Salamanca, Angel Manrique se dirige ao Conde-duque buscando inspirar sentimentos de amizade e familiaridade, seja com “amor de mãe” ou “atrevimento de filha”, mas também se apresenta como “súdita” e “obrigada”, evidenciando os laços hierárquicos de dependência política e clientelar existentes entre os dois. Deste modo, o frei solicita a Gaspar Guzmán para que, apesar de sua integridade, ele não considere as falhas do discurso, pois esta seria a atitude “natural” de quem já havia ocupado o cargo de reitor e “cabeça” da referida instituição, ou seja, aqueles que ocupavam os cargos mais elevados de uma instituição deveriam agir paternalmente, inclinando-se mais ao “favor”, do que à severidade (NIETO SORIA, 1998, p. 152).

Esses laços afetivos ou amistosos, estabelecidos no âmbito político-institucional, fomentavam os princípios vinculados ao conceito de amor pelo próximo, os quais se traduziam em gestos que evocavam e reproduziam a relação de favor e fidelidade que unia a “cabeça” e o “corpo” institucional. Nessa concepção, Manrique buscava, retoricamente, ressaltar princípios ligados à ajuda mútua, próprios daqueles que se amam, como o pai e a mãe (ou marido e esposa), os pais e os filhos, e o rei e seus súditos, configurando o principal meio de manutenção da harmonia e conservação da ordem institucional (CARDIM, 1999, p. 47).

Considerando-se que as universidades na Idade Moderna eram instituições católicas de inspiração clerical e hierárquica, é possível relacionar a relação entre a

Universidade de Salamanca (personificada por Manrique em seu discurso) e o Conde-duque, por meio do *modelo eucarístico*. Segundo esse modelo, a unidade e harmonia entre as diversas ordens que compunham a organização social ocorria por meio do contato dos homens com o divino. Tal modo sacramental de compreender a vida reunia as vontades individuais em uma única vontade pública, que se realizava em um corpo político, organizado segundo a hierarquia celestial. Sendo assim, a não participação na ordem hierárquica era o mesmo que recusar-se a participar da vontade divina (HESPANHA, 2006, p. 185-192).

Portanto, a monarquia e suas instituições jurídico-institucionais, como as universidades, eram concebidas como meios propícios para o contato entre a humanidade e Deus, confirmando a necessidade dos homens de unirem-se em um corpo político e cristão hierarquizado, visando a consumação da ordem divina da trajetória humana. Nesse sentido, “amar ao próximo” não era considerado um mero comando à consciência individual, mas a afirmação do fundamento natural e divino da organização político-social, que embora feita por homens, deveria atender aos desígnios da Divindade (PÉCORRA, 2008, p. 193-194).

Desse modo, o amor e a amizade assumiam um papel central no ordenamento social e institucional. As relações de poder estavam inseridas, segundo a ótica aristotélica, em vínculos de amizade assimétricos, os quais ligavam os governantes aos governados, os pais aos filhos e os patrões aos clientes. Os laços assim estabelecidos eram consolidados por atitudes correspondentes às partes. Do benfeitor, esperava-se que ele doasse com liberalidade, enquanto do beneficiário, a expectativa era de que esse recebesse com gratidão, disponibilizando-se para a prestação de serviços futuros (HESPANHA, 1992, p. 340-342).

Acreditamos ser a partir dessa ótica que Manrique se utiliza de termos como “mãe”, “filha” e “súdita” para representar a condição da Universidade de Salamanca em relação ao Conde-duque, buscando demonstrar a intenção da corporação de servir lealmente Olivares e Filipe IV, esperando, em troca, atrair os benefícios do Conde-duque e do monarca para a universidade, e também para si, em seu ofício de homem de letras. Com efeito, tal estratégia parece ter rendido alguns frutos ao frei, pois em 1630, Manrique obteve a cátedra de Vésperas, na Universidade de Salamanca, por nomeação de Filipe IV, e em 1635, o Manrique foi nomeado Predicador do rei, fato que ele atribuiu à influência do Conde-duque, chegando a lhe escrever uma carta de agradecimento, o qual lhe respondeu que a nomeação não havia partido dele, mas sim do próprio rei, de *motu proprio* (GUERÍN, 1963, p. 306).

Retomando a questão retórica do discurso, deve-se considerar que os autores dos discursos memoriais não compunham sua obra a partir de padrões iluministas, haja vista a ausência de autonomia autoral no âmbito dos letrados do mundo ibérico no século XVII. Como aponta Hansen, isso significava que não havia uma originalidade autônoma e subjetiva na invenção geral do discurso. O processo criativo do autor seiscentista estava regrado por usos autorizados de temas, representações, efeitos e estratégias retóricas, partilhadas coletivamente pela comunidade letrada, os quais eram utilizados de acordo com a “memória social de seus bons usos”. Ademais, os letrados também estavam subordinados às instâncias hierárquicas superiores, como ordens, conselhos, universidades e, portanto, deviam observar quais eram os fins de tais instâncias. Nesse sentido, a atividade do autor era definida pelas categorias de pertença ao corpo social e subordinada ao bem-comum deste (HANSEN, 2008, p. 181-197).

O bom uso dos recursos retóricos era pautado pelo respeito ao decoro hierárquico, que traduzia os bons termos das relações e situações sociais. Assim, um discurso para ser considerado bom, deveria traduzir adequadamente nos seus termos, nos seus temas e nas suas fórmulas, a relação justa (ajustada) entre as partes envolvidas, ou seja, entre o autor e seu público. Consequentemente, era adequado a Manrique colocar-se em posição de submissão em relação ao Conde-duque, de acordo com sua proposta de atrair a atenção de Filipe IV para sua obra, assim como os benefícios de Guzmán para a Universidade a qual ele estava subordinado. Ademais, a dedicatória de Manrique também se ajustava às circunstâncias locais e temporais em que ele estava inscrito, isto é, à recém morte de Filipe III e à investidura de Olivares ao posto de valido de Filipe IV (HESPANHA, 2006, p. 125).

Ao final da dedicatória, o frei solicita humildemente para que o Conde-duque, caso a sobrecarga de suas ocupações permitisse, examinasse a obra, e se nela encontrasse algo que julgasse ser digno de ser mencionado ao rei Dom Filipe IV de Espanha, filho do falecido rei Dom Filipe III, fizesse-o em hora oportuna, para que dessa maneira, este pudesse considerar o seu desejo de prestar serviço, tanto a ele, quanto à memória de seu pai. A partir disso, podemos perceber a intenção, por parte do frei, de esboçar uma rede clientelar, que partiria da Universidade de Salamanca, a qual ele estava representando por meio de sua obra, e que, portanto, incorporaria ele próprio, alçando-se ao Conde-duque, até alcançar o rei Filipe IV.

Vale apontar, novamente, a relativa semelhança que havia entre a composição de cartas e dedicatórias na idade moderna. Observamos que, assim como as cartas

seiscentistas, a dedicatória de Manrique apresenta suas matérias em tempos distintos. Primeiramente, ela nos remete a uma situação passada: a reitoria da Universidade de Salamanca que fora ocupada por Olivares, em segundo lugar, o texto apresenta uma situação presente: as exéquias reais e as relações fúnebres escritas pelo frei e, por último, ela alude a uma situação futura, relacionada à expectativa da satisfação dos favores solicitados ao Conde-duque em seu nome e da Universidade de Salamanca, o que dependia do êxito argumentativo da dedicatória exposto nos dois primeiros momentos (passado e presente) (HANSEN, 2008, p. 282).

É interessante mencionar alguns dados acerca dos homens que participariam dessa rede clientelar delineada pelo frei Angel Manrique. As pompas fúnebres oferecidas pela Universidade de Salamanca à memória do rei Don Filipe III foram encomendadas pelo seu filho, o rei Don Filipe IV⁵. De acordo com o frei, a universidade estava mais obrigada a demonstrar sua “ternura” em virtude da morte do monarca, pois além de rei, Don Filipe III era um grande “bem-feitor” e “Patrão” da instituição, a qual “con particular afecto le pagava en amor, lo que recibia del en beneficios; al passo que se hallò mas obligada, quiso mostrarse mas reconocida” (MANRIQUE, 1621, p. 1-2).

A partir disso, podemos notar que as relações de patrocínio entre um bem-feitor e uma instituição beneficiária seguiam lógicas semelhantes daquelas que regiam os laços de amizade e benevolência entre pessoas particulares. Nesse sentido, o corpo da Universidade de Salamanca colocava-se humildemente em sua posição de devedora em relação às benesses de Filipe III, demonstrando sua submissão por meio das pompas fúnebres oferecidas ao falecido monarca como parte do amor com o qual as retribuía, e confirmando sua obediência em relação ao novo rei, Filipe IV, que lhe as ordenara (HESPANHA, 1992, p. 345-346).

A *miser cordia* era um atributo da amizade e virtude dos homens discretos. Ela configurava uma tristeza que era naturalmente devida aos miseráveis, suscitada pela comoção causada pelo sofrimento alheio, e também pelo desejo de remediar, ou aliviar a dor do próximo (HESPANHA, 2006, p. 142-143). Nessa perspectiva, em virtude dos benefícios que a Universidade de Salamanca havia recebido do falecido rei Dom Filipe III, seus membros encontravam-se mais obrigados a demonstrar e ter sua misericórdia

⁵ Na relação de Manrique há uma cópia da carta enviada por Filipe IV, na qual se lê o seguinte: “Por el Rey. A los venerables Rector, Maestrescuela, Diputados, y Consiliarios de la Universidad de Salamanca [...] y así se debe esperar en la Misericordia de Dios Nuestro Señor, que estarè gozando de su acatamiento: de que os he querido dar aviso, para que hagais la demostracion que en semejante caso se acostumbra, y debe hazer [...]” (MANRIQUE, 1621).

reconhecida perante o restante do reino, por meio da realização das pompas fúnebres e da publicação da relação destas.

Ademais, a morte de uma figura pública, como a de um Rei, era uma oportunidade privilegiada para que um letrado alcançasse as graças de um patrocinador para o custeio da impressão de um sermão, panegírico ou relação fúnebre. A ocasião do falecimento de um grande homem exigia diversas reverências e distinções ao homenageado, como as exéquias, as pompas, o sermão, o cortejo e o sepultamento. Portanto, a escolha do pregador ou do letrado que escreveria o elogio ou a relação fúnebre, também era de suma importância para o decoro que a ocasião pedia (SANTOS, 2016, p. 62).

Além de virtuoso, o letrado deveria ser considerado hierarquicamente adequado para exercer sua função. No caso de Manrique, as relações fúnebres haviam sido encomendadas por Felipe IV, filho do Rei falecido e deixadas a encargo do frei por Henrique de Haro, então reitor da Universidade de Salamanca. Tal conjuntura se apresentava como uma chance de fama e prestígio, mas também de recorrer ao patrocínio do Conde-duque, favorito do Rei recém entronado e, conseqüentemente, vinculado politicamente ao recém falecido monarca.

Desse modo, para demonstrar a misericórdia que os membros da universidade possuíam para com o falecido rei, o reitor Henrique de Haro incumbiu Angel Manrique de escrever as relações das pompas fúnebres que foram realizadas na Universidade de Salamanca, ordenando ao frei que a dedicasse ao Conde-duque de Olivares. O frei também afirma que a dedicatória oferecida a Gaspar Guzmám era uma maneira da Universidade, a pedido do reitor Henrique de Haro, “parabenizar” o posto de “privança” que havia sido alcançado pelo Conde-duque junto ao Rei Don Filipe IV.

Acerca da relação de valimento recém-estabelecida entre Gaspar de Guzmám e o rei Filipe IV, o autor arremata sua dedicatória apresentando o Conde-duque de Olivares como um modelo de amizade:

En V. Excellencia solo se venere, que contento con la gracia de su Príncipe, le reserva el poder: que sabe recibir del con tal moderacion, que no le usurpa el dar, aun en las cosas minimas: y que gusta de que se atribuya todo à cuyo es; negandose muchas vezes aun al abuso, ò a la execussion de las mercedes, por no desfrutar el reconocimiento de los que las reciben, antes que llegue à las manos que las hazen (MANRIQUE, 1621).

Angel Manrique busca demonstrar que o Conde-duque, em sua posição de valido do rei, não cobiçava assenhorar-se das atribuições régias, usando apenas aquela parte do

poder que lhe cabia. Assim, o autor evidencia a prudência de Gaspar de Guzmán, que sabendo receber com moderação o poder que lhe conferia o monarca, também sabia retribuir o benefício, administrando a justiça de forma que as mercês chegassem àqueles que realmente as mereciam.

Deste modo, a dedicatória era uma demonstração de boa-vontade por parte do reitor, procurando atrair para a Universidade a simpatia e os benefícios de Gaspar de Guzmán, assim como de Don Filipe IV, haja vista que o Conde-duque era o homem mais próximo do rei, e poderia, portanto, influenciar na dispensa de benefícios que o monarca estivesse disposto a fazer pela instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar por meio da dedicatória do frei Manrique, o âmbito institucional não se apartava do religioso e a ética cristã da benevolência, identificada aqui como uma “inclinação natural para o bem”, efetivada na troca de benefícios entre amigos e familiares (CARDIM, 1999, p. 36), não poderia ser pensada sem o engajamento ativo na organização de instituições, como a Universidade de Salamanca. Assim, as instituições eram concebidas como meios propícios para o contato entre a humanidade e Deus, confirmando a necessidade dos homens de unirem-se em corpos institucionais hierarquizados, visando a consumação da ordem divina na trajetória humana. Nesse sentido, a amizade, desdobrada em relações clientelares, antes de um sentimento, configurava um dever cristão (PÉCORA, 2008, p. 193-194).

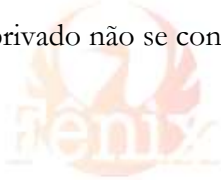
Em relação aos esquemas formais que representavam publicamente as relações clientelares, podemos dizer que as dedicatórias dos autores aos seus patronos não configuravam a expressão de paixões individuais subjetivas, mas eram definidas por um “esquematismo do modelo”, pautado pela memória dos “bons usos” das representações e estratégias retóricas utilizadas pelos autores ibéricos seiscentistas (HANSEN, 2008, p. 178-199), tais como a falsa modéstia e a utilização de metáforas, adequadas às diversas circunstâncias sociais.

Assim como as dedicatórias nos discursos, os sentimentos e os laços de afeição entre os homens não estavam exclusivamente limitados à esfera subjetiva e privada. Estes eram, ao contrário, marcados por formalidades públicas, que abarcavam diversos gestos externos e aspectos visíveis de conduta que, por sua vez, estavam ligados à memória dos benefícios feitos por aqueles com os quais se mantinha alguma relação amistosa, como é o

caso da obrigatoriedade das pompas fúnebres oferecidas pela Universidade de Salamanca a Filipe III, a mando do seu sucessor (CARDIM, 1999, p. 21-40).

Tais relações fraternais podiam assumir diversas formas, como o apadrinhamento, o clientelismo, o compadrio, o companheirismo militar, a confraria, dentre várias outras. Nesse sentido, as fórmulas que exteriorizavam a afeição evocavam o ajuste da relação de benevolência⁶ e lealdade, sobre a qual se assentava a amizade e o amor ao próximo (CARDIM, 1999, p. 21-40), como foi possível observar nas relações entre o reitor da Universidade de Salamanca, o frei Angel Manrique e o Conde-duque de Olivares.

Acaso interpretemos as relações entre o frei, o Conde-duque e o reitor sob a ótica das práticas sócio-políticas da sociedade contemporânea, certamente as veremos como sintomas de alguma forma de corrupção, pois as trocas de benefícios caracterizariam a superioridade dos interesses privados sobre os das instituições. No entanto, esse tipo de relação, antes de tudo “afetuosa”, e as quais chamamos de clientelares, faziam parte do próprio modelo de ordenação político-social, que admitia certa permeabilidade e integração de poderes “extra-institucionais” e propósitos “privados” no funcionamento das instituições. Dessa maneira, os elementos e práticas que conformavam os âmbitos público e privado não se contrapunham, mas se complementavam (FEROS, 1998, p. 22-23).



www.revistafenix.pro.br

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa.** Belo Horizonte: Autêntica Editora/Editora PUC Minas, 2008.

AQUINO, T. **Summa Theologica.** Tradução: Alexandre Correia. São Paulo, Indústria Siqueira, 1959.

CARDIM, Pedro. Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. **Lusitânia Sacra**, Lisboa, n. 11, p.21-57, 1999. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniyasacra/article/view/7501/7309>

DANTAS, Vinícius Orlando de Carvalho. **O conde de Castelo Melhor: valimento e razões de Estado no Portugal seiscentista (1640-1667).** 2009. 293 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em:

⁶ A benevolência era considerada um atributo do amor e da amizade, identificada como uma “inclinação natural para o bem”, que era efetivada na troca de benefícios entre amigos e familiares (CARDIM, 1999, p. 36).

http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert2009_Vinicius_Orlando_de_Carvalho_Dantas-S.pdf

FEROS, Antonio. Clientelismo y poder monárquico en la España de los siglos XVI Y XVII. Relaciones, **Zamora**, v. 19, n. 73, p.16-49, 1998.

GUERÍN, Patricio. Fray Ángel Manrique, Obispo de Badajoz y su famoso Memorial. **Miscelánea Comillas**, Madrid, n. 40, 1963.

HANSEN, João Adolfo. Barroco, neobarroco e outras ruínas. **Destiempos**, México, v. 14, n. 3, p.169-215, 2008.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. **Tempo**, Niterói, v.11, n.21, p.121-143, p. 121-143, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141377042006000200009&script=sci_abstract&tlng=pt

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1992.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei. Um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MANRIQUE, Angel. Exequias. **Tumulo y pompa funeral, que la Universidad de Salamanca hizo en las honras del rey Felipe III**. En cinco de Junio de mil y seyscientos y veynte y uno, Salamanca: en casa de Antonio Vasquez 1621, Biblioteca Nacional de Portugal.

MASSIMI, Marina. **Palavras, almas e corpos no Brasil colonial**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MISSIO, E. A dissimulação como virtude entre os jesuítas da contra-reforma. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 9, p. 121-131, 2005. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a09/missio01.pdf>

NIETO SORIA, José Manuel. **Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)**. Madrid: Eudema, 1988.

PÉCORA, A. A história como colheita rústica de excelências. In: **As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PÉCORA, Alcir. **Teatro do Sacramento**, São Paulo: editora da unicamp", 2008.

RODRÍGUEZ SAN PEDRO BEZARES, Luis E. (Ed.): **Historia de la Universidad de Salamanca. Volumen II: Estructuras y flujos**, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca (Acta Salmanticensia. Historia de la Universidad, 52), 2002.

RODRÍGUEZ-SAN PEDRO BEZARES, Luis E.; POLO RODRÍGUEZ, Juan Luis (eds), **Universidades hispánicas: colegios y conventos universitarios en la Edad Moderna**, Valencia, Valladolid, Oñate, Oviedo y Granada. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2008.

SANTOS, Clara Braz dos. **O exercício moral de memória da morte nos escritos religiosos do Brasil colonial (séculos XVII e XVIII)**. 2016. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação em História, Franca, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144299/santos_cb_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y

SOUZA, A. A. T. Los conceptos de simulación y disimulación en la representación de la locura en El cuerdo loco de Lope de Vega. **Revista Entrecaminos**, São Paulo, v. 1, p. 29-37, 2015. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/entrecaminos/article/view/79019/106572>

VIDAL y DÍAZ, **Alejandro**. **Memoria histórica de la Universidad de Salamanca**. Salamanca: Imprenta de Oliva y Hermano, 1869.

RECEBIDO EM: 24/02/2021
PARECER DADO EM: 03/05/2021



www.revistafenix.pro.br